

# humanitas



Vol. XXV-XXVI

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

---

# HVMANITAS

VOLS. XXV E XXVI



COIMBRA  
MCMLXXIII-IV



dos salmos, fazendo moderar a voz do leitor, para que os ouvintes sentissem mais a recitação do que o canto (p. 272). Não esqueçamos, porém, que temos perante nós uma concepção da cultura e da sabedoria como instrumentos da «abstracção» que permite a contemplação da luz divina (p. 108): daí o *Carmen de Luna*, ou seja, na linha isidoriana, o poema da lua que, nas variações alternadas da sua órbita, na qual *desinit ut crescat, crescit ut desinat* (p. 227), se transforma no símbolo da vida do mundo e dos homens, cujo corpo está no caminho para a morte e a alma no que leva à eternidade. Toda esta linguagem, como nota o autor, era própria da vida monacal ao tempo de Sisebuto (p. 211).

Um tempo histórico, todavia, que Recchia deixa muito na penumbra. Não se pretende, com isto, insinuar que bastaria a caracterização do quadro histórico hispânico do séc. vi-vii para inferirmos as razões explicativas desta poesia cristã. O autor «explicou» Sisebuto através da evidenciação de uma dada tradição literária e de uma dada *situação* cultural e existencial: a do cristão. No entanto parece-nos que outros níveis, e esses susceptíveis de uma focagem mais social e englobante, permitiriam integrar o *Carmen de Luna* nas modificações estruturais da aristocracia laica e mesmo eclesiástica que, neste séc. vii, se começa a sentir gótica (Ferdinand Lot). A este nível, que «novidades» traz o *Carmen*, se não no plano ideológico, ao menos no literário? Onde se situam as razões de ser da sua fortuna (cap. VII): no plano do significado simbólico, no plano da estética realizada? Ora, se bem que Recchia faça a cada momento análises literárias de trechos citados, ficamos sem atingir, na maioria dos casos, o plano histórico dos temas e das metáforas dessa poesia. Convém, todavia, não acentuar demasiado este aspecto, pois que é anterior a Sisebuto toda uma poesia cristã de carácter pessoal, de que um dos pontos altos, se não o mais alto (cfr. p. 57), foi Prudêncio, cujas reminiscências pertencem ao património do rei-poeta (p. 200) e que haveria de ser, muito mais tarde, autor muito do agrado de Erasmo (1). Há também em Sisebuto o tratamento poético de perspectivas individuais, diríamos mesmo subjectivas. Aplicam-se estas considerações ao Cap. V, «La solitudine contemplativa»: um título que, só por si, na literatura ocidental, daria para larguíssimas considerações.

Aqui importa anotar a oposição que Recchia evidencia entre a «vena di letizia che serpeggia nel trattato di Isidoro sulla natura» (p. 201) e as imagens de tristeza difusas no poemeto de 61 versos de Sisebuto. A oposição faz-se entre a alegria isidoriana causada pela reaparecimento da «luz», simbolizada nas fases iluminadas da lua, e a tristeza do rei de Toledo, que vê o caminho para os prazeres da contemplação barrado pelos seus empenhos de governante; daí, por contraste, o canto do eclipse da lua (p. 204). Mas ainda aqui Sisebuto coincide com Isidoro de Sevilha,

(1) «At ego malim unam odam Prudentii modulantis Iesum, quam navem onustam versibus Pontanicis, cuius alioqui nec eruditionem nec facundiam contemno», escrevia Erasmo a Francisco Vergara em 1527, cit. in C. Reedijk, *The Poems of Desiderius Erasmus*, p. 97; cfr. p. exemplo, *Ciceronianus*, p. 278 da edição de Angiolo Gambaro. Lembre-se, por fim, o *Commentarius in hymnum Prudentii de Natali Pueri Iesu*, nas *Opera Omnia*, t. V, para o qual chamou a atenção José de Pina Martins, in *Humanismo e Erasmismo na Cultura Portuguesa do Século XVI*, Paris 1973, p. 135, n. 249.

e com este se integra numa longa linha da sensibilidade e da reflexão europeias até muito tarde, da qual Francesco Petrarca será um ponto alto: o tema da *solidão* e do *otium*. Sem estes, segundo Isidoro, não pode o homem alcançar a sabedoria, tendo em conta que não há sabedoria mais alta do que a possuída por quem sabe não poder esgotar o conhecimento de Deus (p. 207). Neste ponto confluem linhas cujas incidências variam com os lugares, os tempos e os contextos sociais e culturais, linhas de exaltação da sabedoria que, séculos antes da preceptística humanística laicizada — se atendermos ao termo de Eugenio Garin —, podiam argumentar com o *Ecclesiastes* (37,23) e com o tópico agostiniano da figura da Filosofia, de que é célebre o tratamento de Boécio no abrir do *De Consolatione Philosophiae*, numa tradição que Pierre Courcelle já analisou (vid. *R.E.A.*, t. LXX, n.º 1-2, 1968, p. 110-120).

Se nos é lícita uma opinião geral, que seja como que a síntese desta leitura, parece-nos que, se relêssemos agora este trabalho de Recchia, veríamos surgir muitos mais problemas, e correríamos, com isso, o perigo grande de sentir mais nitidamente que a obra responde menos do que poderia fazê-lo a problemas e interrogações que suscita. Mas não atribuíamos ao autor culpas que ele pode não ter, pois a sua orientação metodológica, ao que parece, o coloca fora da órbita da sociologia dos factos culturais. No entanto cremos que este trabalho deverá estar presente em qualquer estudo sobre a literatura dos primeiros séculos da reorganização política e social europeia após o fim do Império Romano, numa altura em que as questões políticas se punham, também, em termos de cristianização.

J. A. OSÓRIO

ALBERT AMPE S. J., *L'Imitation de Jésus-Christ et son auteur. Réflexions critiques par...* Sussidi eruditi 25. Roma, Edizioni di storia e letteratura, 1973, 156 p.

A autoria do livro mais conhecido entre os cristãos logo depois da Bíblia tem sido objecto de «contenda peregrina» desde que copistas, editores e bibliógrafos pretenderam determinar, entre tantos candidatos, o seu verdadeiro autor. Esta luta tem dado origem a vários «partidos» entre os quais se distinguem os *Kempistas*, defensores de Tomás de Kempis; os *Gersonistas*, a favor de João Gerson; e os *Gersonistas*, que atribuem a autoria da *Imitação de Cristo* a João Gersen.

O A. divide a sua obra em três capítulos. No primeiro, que intitula «Preliminares críticos», delimita o objecto do seu estudo, cingindo-o ao *De Imitatione Christi*, que consta de 4 livros e de 114 capítulos, e pondo de parte outros textos da literatura imitacionista, como o *Pseudo-livro II da Imitação* descoberto no *C. Bambergensis* por Amort, os *Addita pollingana* editados por Cajetano em 1644 e o texto médio-neerlandês anexo à *Imitação* como l. V e l. VI no *C. Scotensis*. Discute, depois, a unidade da obra e conclui pela existência de uma unidade de estilo. de

língua e de terminologia de doutrina, mas não de estrutura redaccional, o que dá aos 4 livros da *Imitação* uma certa independência, que explica a difusão destes opúsculos, isolados ou agrupados, até virem a formar a coleção hoje conhecida com aquele nome.

Ainda no mesmo capítulo, o A. discute o problema dos vários títulos atribuídos não apenas ao conjunto da obra, mas também a cada um dos livros em particular, e termina pondo nos seus devidos termos a questão fundamental do seu trabalho, que é o apuramento — ou um contributo para isso —, à luz da crítica histórica, do verdadeiro autor da *Imitação*. Para tal, expõe alguns princípios prévios de investigação, sobre a heurística e a crítica textual. Dentro do problema da autenticidade, crítica particularmente o valor dado por certos imitacionistas (Huijben e Debongnie; Bonardi e Lupo) ao anonimato intencional como critério de autoria.

No capítulo II, Ampe faz um longo historial sobre as atribuições da autoria da *Imitação* ao longo dos séculos, que ele divide em três períodos. O primeiro é o das «atribuições espontâneas» durante o séc. XIV em que, ao lado de um grande número de manuscritos anónimos, surgem muitos outros que apresentam uma larga variedade de atribuições, as quais, conforme o A. demonstra, não resistem a um exame sério de crítica histórica, nem são explicáveis por situações codicológicas concretas. Neste período das atribuições espontâneas passam por autores da *Imitação*, entre outros, S. Bernardo (em vários códices), o cartuxo Ludolfo de Saxónia (a partir de uma tradução francesa de um texto em alto alemão), Tomás de Kempis (desde o chamado *Autógrafo*, de 1441), João Gerson, chanceler da Sorbona (no incunábulo de Veneza, de 1483, e noutros mss.) e João Gersen, que o A. conclui ser o mesmo chanceler da Universidade de Paris (em inúmeros mss.).

O segundo período, a partir do séc. XV, é o das «afirmações e negações simples» em que os copistas, bibliógrafos e editores se deram conta das várias atribuições e, durante algumas décadas, tomaram a iniciativa de aceitar apenas uma e rejeitar todas as outras, sem todavia apresentarem argumentos a favor ou contra.

A partir do séc. XVII até aos nossos dias surge o «período das controvérsias» caracterizado pela preocupação de resolver o problema da autenticidade mediante a apreciação dos elementos bibliográficos. As primeiras tomadas de posição ( $\pm$  1602-1644), do jesuíta Rossignoli e outros, tiveram pouco valor crítico, tendo-se chegado a uma «era de posições reforçadas» em que se fez inclusivamente apelo a decisões oficiais. Mas foi nesta fase que surgiu um positivo trabalho de investigação científica no domínio da paleografia e da documentação histórica, que abriu caminho para a «era das grandes sínteses» nos sécs. XIX e XX, em que, segundo opinião do A., houve talvez mais entusiasmo e convicção do que clarividência.

No capítulo III, o último, Albert Ampe reconhece que, apesar de tanto estudo já feito, o problema da autoria da *Imitação de Cristo* continua insolúvel. Como contributo muito pessoal, o A. apresenta novas pistas de investigação, com o estudo e apreciação de três manuscritos — o *C. Ratisbonensis VI*, o *C. Tegernseensis 10* e o *C. Brullensis* — que, além do texto imitacionista, contêm um *Tractatus ad Fratrem Conradum de Fritzlara*, monge já mencionado em 1363, o que faz anteceder a dada da origem da *Imitação*. Ampe não pretende, com esta abordagem, resolver todo o problema implícito nestes novos documentos e deixa a discussão em aberto, em vista a pesquisas mais demoradas e mais profundas. Ele mesmo o declara e

o demonstra com a adjução final de onze páginas de longos *addenda* que apresentam novas reflexões surgidas já depois das provas do texto primitivo.

Para além do valioso contributo do presente trabalho na tentativa de aclarar o problema da autenticidade da *Imitação de Cristo*, ele é um exemplo prático e precioso de como se deve fazer crítica literária e histórica. A argúcia com que sonda os fundamentos da argumentação até aqui utilizada na defesa das teses imitacionistas tradicionais, pondo à prova a sua consistência, é, a nosso ver, o maior mérito da obra de Albert Ampe.

O volume está bem apresentado, tem uma bela impressão e vem enriquecido com uma ampla bibliografia (embora limitada, como previne o autor), e com três índices: um onomástico, outro dos manuscritos mencionados e um índice geral. Escaparam algumas pequenas «gralhas» de somenos importância (1).

SEBASTIÃO TAVARES DE PINHO

ISIDORO MUÑOZ VALLE, *Actitudes ante la cultura clásica a lo largo de la historia*, Madrid, 1971, 176 p.

O autor condensa numa centena e meia de páginas a principal problemática das ideias e teorias estético-filosófico-literárias relativas à cultura clássica desde as origens até à actualidade.

Muñoz Valle dividiu o trabalho em quatro partes. Na primeira, dedicada à Antiguidade, analisa o esboço de crítica literária feita na Idade Arcaica quer por autores isolados quer por grupos, passando pelos sofistas gregos e sua influência na arte oratória de Roma republicana; aprecia as posições de Platão e de Aristóteles sobre a literatura tradicional, e critica as ideias estético-literárias destes, particularmente sobre os géneros literários e sobre a concepção de arte e poesia; refere-se à valiosa contribuição, dentro do Helenismo, dos Peripatéticos, dos Alexandrinos e da Escola de Pérgamo na salvação da literatura grega, e à influência da retórica na educação; define os conceitos de Aticismo e de Asianismo e aborda os principais problemas levantados por estas duas «escolas» literárias, e, finalmente, traça as linhas gerais das teorias literárias nos finais do Império e na época bizantina.

A segunda parte é dedicada ao Renascimento, em que surgem novos conceitos sobre a arte e a literatura em oposição aos que predominavam na Idade Média.

(1) Entre elas contam-se, por exemplo: *tenante* p. 15, l. 23 (sem pontuação); *uu* 17, 10; *la vita illuminativa et la vita unitiva* 17, 21 (em vez de: *la vita illuminativa et la vita unitiva*); *du coup*. 20, 7; *der erreurs* 48, 8; *intéresse* 52, 11; *aput| ford* 62, 20-21; nota 8, p. 68; *apporta* 78, 12; *constation* 98, 9.